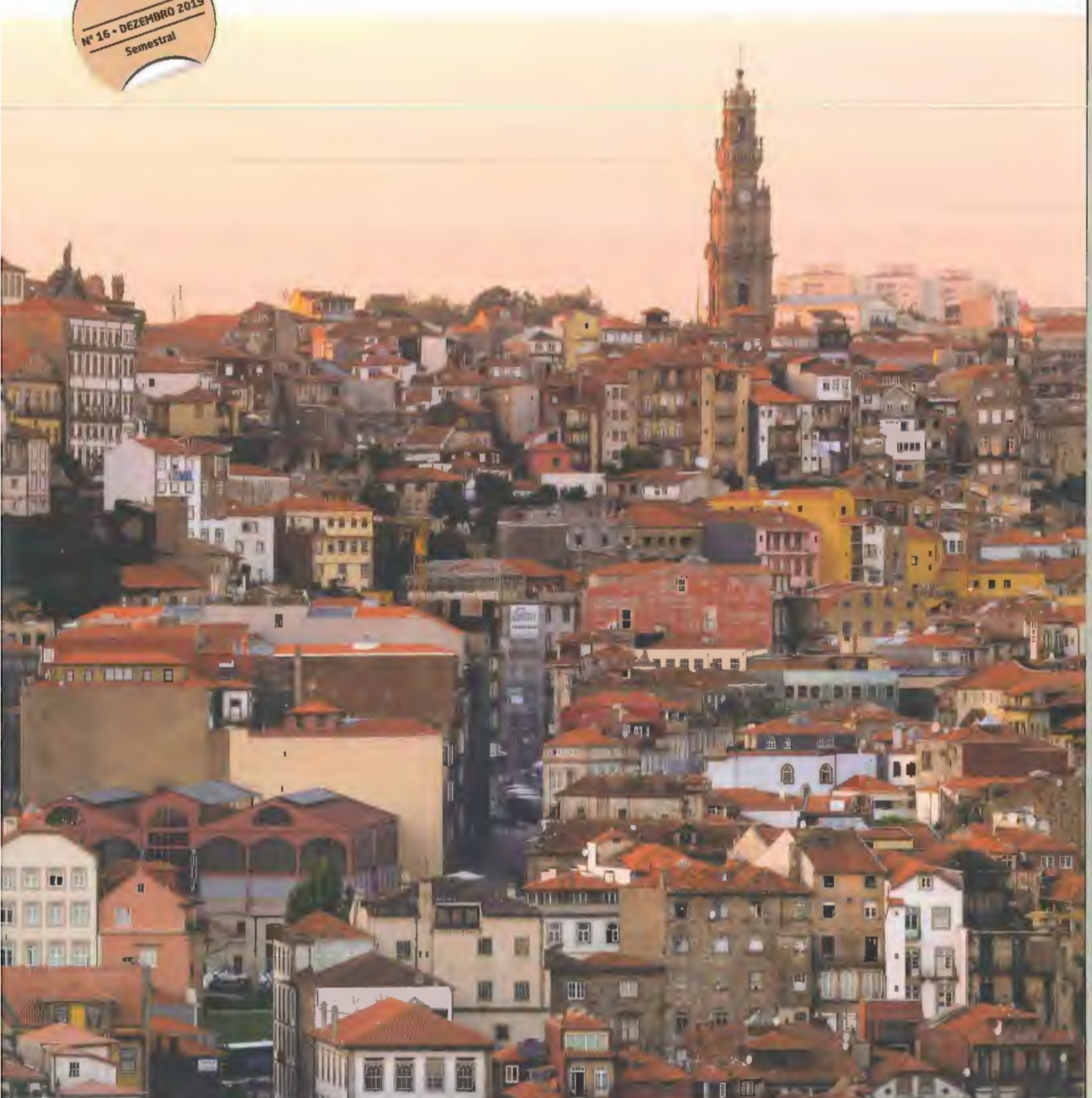


# FOCUS SOCIAL

REVISTA DE ECONOMIA SOCIAL

EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza



5€



**Territórios** Distrito do Porto: Centro Social de S. Nicolau; ASAs de Santo Tirso e outros projetos na área da economia social

**Nacional** Entrevista com Sebastião Fayo de Azevedo, Reitor da Universidade Portucalense

**Última Hora** A Sociedade Civil e o Combate à Pobreza





GILDA TORRÃO, DIRETORA GERAL ASAS



MARIA DO CÉU BRANDÃO, ASSISTENTE SOCIAL ASAS

## ASAS QUE ACOLHEM E PROTEGEM CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

A ASAS tem asas porque, às vezes, os braços não chegam. É preciso que a eles, em inovadora ramificação, se aliem asas de ave, que elevam e fornecem uma visão de cima, do todo; uma visão abrangente para melhor compreender e atuar. A estas, juntam-se outras, também muitíssimo necessárias: asas protetoras que acolhem, amparam e confortam com responsabilidade e amor.

De certa forma é isto que a ASAS, Associação de Solidariedade e Ação Social de Santo Tirso, faz através de uma equipa “inquieta e curiosa”, absolutamente convicta e comprometida com a sua missão. Foi esta mensagem, que entre outras, captamos em conversa com Gilda Torrão e Maria do Céu Brandão, duas profissionais que desde muito cedo escolheram este caminho, o de proteger crianças e jovens em risco, contribuindo, entre tantos outros profissionais daquela IPSS, para lhes “dar asas”, que é como quem diz, dar vida. Uma vida nova, com futuro, mais capaz. Apesar de o tempo; esse tempo imparável, comprometer processos.

A missão que assume diz tudo ou quase. Capacitar cidadãos de pleno direito, protegendo os grupos mais vulneráveis da comunidade, principalmente as crianças e os jovens, priorizando uma cultura de prevenção dos maus tratos, prestando serviços nas suas diferentes valências e desenvolvendo programas integrados de intervenção. Falamos da ASAS, a instituição que fomos conhecer melhor pela voz de duas pessoas que estão na génese deste projeto, Gilda Torrão, economista e Maria do Céu, assistente social, ambas empenhadas e vocacionadas para o trabalho que desenvolvem desde muito cedo. “Tinha acabado o curso de economia quando este desafio me foi lançado e estou aqui até hoje. Já, na quarta classe, fiz uma redação sobre os maus tratos infligidos a uma criança, facto real que me impressionou muito, naquela altura; daí entender que a minha vocação para a transformação social, para a economia social se revelou muito cedo, em pequenos indícios que só, mais tarde, consegui ler”, explica Gilda Torrão, diretora geral da instituição. Também Maria do Céu fez uma escolha consciente e determinada: “sou assistente social por primeira opção. Nunca pensei noutra coisa; nunca quis ter outra profissão. Viver em democracia faz-nos acreditar que todos temos as mesmas

possibilidades, mas não é verdade. Há pessoas que para quebrarem ciclos de vulnerabilidade, de fragilidade, precisam de quem as ajude”.

O tanto que o projeto cresceu em todos estes anos, e parece ter sido ontem que tudo começou. Entraram cheias de vontade de mudar o mundo e a vontade permanece. E, agora, com a mais valia de o último autocarro para regressarem a casa não ser às 19.30. “Fomos muitas vezes de boleia, entrávamos cedo, saímos muito tarde. Ou tínhamos boleia ou tínhamos boleia, recorda, risonha, Maria do Céu, acrescentando que a consciência do contributo para um projeto novo e extremamente válido e necessário fazia mover montanhas. “Desde o início que temos a sorte de ter uma direção muito atenta, participativa, disponível para ouvir. E isso é muito bom, porque nos dá sempre margem a procurar fazer melhor e executarmos a capacidade de inovar, de pesquisar, de propor e fazer acontecer e isso sempre foi algo que entendemos como um bem”, acrescenta Gilda Torrão, reconhecendo que “o crescimento pessoal e institucional aconteceram paralelamente, convertendo-se num percurso de conhecimento incomparável”.

Reconhecida Instituição Particular de Solidariedade

Social (IPSS), a ASAS estende a sua intervenção ao contexto nacional, desenvolvendo a sua atividade suportada por um grupo técnico multidisciplinar, no voluntariado e na cooperação com o governo central, autarquias e comunidade local.

Por ali, a nortear a ação, encontram-se palavras-chave que dizem da importância e responsabilidade do trabalho que desenvolvem e da confiança que foram conquistando ao longo dos anos e que assumem, também, como valores incontornáveis: ética, afetividade, equidade, honestidade, adaptabilidade e inovação, responsabilidade, transparência, confidencialidade e rigor. Tudo conjugado numa lógica de promoção da segurança, da gestão do risco, da satisfação e da melhoria contínua, apostando na prevenção dos maus tratos, da exclusão social e na promoção do bem-estar global.

A ASAS abriu a primeira casa para crianças em risco (dos 0 aos 6 anos) em 1994, mas a semente tinha sido lançada, três anos antes, por Vasco Ferreira da Costa em conjunto com um grupo de vinte e oito outros tirsenses.

“Desde cedo o Senhor Vasco Ferreira, pessoa ligada à área da saúde e à área social, percebeu que era necessária uma resposta diferente, mais atenta, distinta da dos abrigos temporários que já existiam, mas que, no seu entender, não era a resposta adequada. Foi um visionário porque as nossas casas sempre responderam ao que, 25 anos depois, está regulamentado”, diz a diretora geral.

### Perceber a causa das coisas

Tudo começou com 24 crianças, em casas discretas, no centro da cidade. Muito poucas crianças em comparação com outras instituições que, na altura, se encontravam com um número muito mais elevado de crianças para auxiliar. Depois, em 1995, abriu-se um gabinete para perceber as causas da desestruturação familiar; do que estava na raiz dos maus tratos, do abandono, enfim, da pobreza, sempre numa lógica da prevenção. Desta forma, o Gabinete de Ação Social (GAS) alargou a sua atuação ao concelho da Trofa e nos anos seguintes expande as suas áreas estratégicas, permitindo executar serviços em condições de grande exigência e visibilidade.

O GAS faz um atendimento personalizado e é um serviço fundamental em todos os processos. Dá respostas na área da família e comunidade destinando-se ao atendimento, acompanhamento e encaminhamento de situações problemáticas, desencadeando processos de mudança de atitudes e comportamentos dos grupos mais desfavorecidos e carenciados.

“Tentamos sempre perceber a causa das coisas. Porque é que uma criança chega aqui abatida, queimada

ou violada; tentamos perceber porque é que determinadas crianças nunca são procuradas nem visitadas por ninguém...tentamos perceber sempre o porquê, explica Gilda Torrão que para sublinhar o quanto a ASAS se encontra na linha da frente no que concerne à sua atuação, recorda um seminário “Ação Social; Ação Global”, ocorrido em 1995 e, “se analisarmos os seus conteúdos, modéstia à parte, estão completamente atuais”. O GAS é, pois, um serviço “porta aberta”, onde, qualquer pessoa de Santo Tirso, se pode dirigir, encontrando lá uma equipa de psicólogos, assistente social e educador social.

Indagar o porquê de uma criança ser institucionalizada leva-nos por diversos caminhos, nomeadamente, à educação dos pais, pois ao contrário do que alguns pensam, é preciso, em muitos casos, ensinar a ser pai ou mãe. Por isso existem os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) da Trofa e de Santo Tirso, “vacionados para ensinar a parentalidade positiva”, são estruturas que visam apoiar famílias em risco social, a partir do seu meio natural de vida, dotando-as de todo um conjunto de competências sócio parentais. “Atualmente, fala-se muito da parentalidade, da questão dos divórcios, da regulação das responsabilidades parentais, mas os nossos CAFAP já estão a fazer isto desde 2004, explica Gilda Torrão, acrescentando que “os divórcios é que vieram trazer ao de cima a necessidade de abordar estas questões, muito pouco reconhecidas como fundamentais”. Aliás, a ASAS, no âmbito do Projeto Trofa 3G – Motor de Oportunidades, fez uma campanha de sensibilização alusiva à temática do divórcio que apela à reflexão e ao debate, das diferentes vertentes destes processos, quer na intervenção com os pais quer com as crianças. Por outro lado, ao ser certificada como entidade formadora, em 1998, a ASAS solidificou a área de formação, aspeto relevante numa associação que reconhece o papel da educação e da formação como fatores de excelência para a inclusão social.

### Amor incerto

Mas retomando, a necessidade de se educar para a parentalidade, Gilda Torrão não dúvida de que “o amor maternal ou paternal não é certo. Verificamos isso, no nosso dia a dia, com todos os casos que ao longo dos anos nos foram chegando. As causas, os motivos são múltiplos – e não fazemos aqui nenhum juízo de valor – mas interessa perceber que, de facto, o amor de mãe (ou pai) não é algo seguro ou é, em alguns casos, inexistente e que, por outro lado, quem não é mãe biológica (ou pai) pode amar tanto ou mais”, explica Gilda Torrão.

“Cada caso é um caso, e a minha experiência diz-me

que nunca podemos fazer generalizações; as situações têm de ser estudadas; o “matching” entre a família e a criança tem de ser muito bem feito; ver bem como aquelas pessoas funcionam em família”, explica Maria do Céu, baseada na sua experiência profissional e apenas emitindo a sua opinião. Sendo certo que a ASAS não trata de casos de adoção, detém-se exclusivamente no acolhimento. Mas Maria do Céu também acredita na “incerteza do amor maternal e paternal. O que não quer dizer que instintivamente não queiramos proteger as nossas crias para a sobrevivência e perpetuação da espécie; é algo que nada tem a ver com as questões culturais, é puro instinto e não sei se a nossa espécie tem assim tanto; alguns casos revelam que não. Somos seres muito complexos. E eu conheço mulheres que reconhecem não ter competências para serem mães, que não o querem ser e preferem não o ser, a serem umas más mães. Mas a sociedade em geral não aceita bem esta situação, pois o amor maternal é ainda muito romaneado pela cultura ocidental. Aliás, a história da humanidade tem milhões de anos e a história da infância cerca de 300 anos. Tudo isto é uma evolução que se vai fazendo, a diferentes tempos, em diferentes culturas”. Esta conversa desenrola-se num momento em que é notícia nacional o abandono, por uma mãe, de um bebé, no caixote do lixo, em Lisboa. Portugal ficou em choque, ainda que o recém-nascido tenha sido resgatado e sobrevivido. E pedimos a Maria do Céu para comentar: “não condeno a mãe que abandonou a criança, mas também não consigo não condenar a ação de a pôr num contentor do lixo. Há outras possibilidades de entregar uma criança de forma a ser protegida. Mas não me sinto com competências para dizer mais. Eu não conheço a história de vida daquela senhora. É jovem, vive na rua. Mas não sei mais. Que rede de relações tem? Ela própria pode ser uma sobrevivente”. Por sua vez, Gilda Torrão sublinha: “só sabemos o que disse a comunicação social e isso, é muito pouco. Mas, tal como Maria do Céu, também creio que à criança devia ser garantida a sobrevivência e por isso ser colocada a salvo.” Só o ato de colocar a criança no lixo, pode ser condenado. Tudo mais não é do nosso conhecimento”, reitera.

### **De que falamos quando falamos de acolhimento e autonomia?**

No ano de 1999 a ASAS alargou a sua capacidade de acolhimento de crianças em perigo dos 6 aos 12 anos com a implementação da casa de acolhimento Temporário “Raízes”. Em 2000 intensificou a sua ação no concelho da Trofa com a criação do Centro Comunitário da Trofa, instalado num edifício construído de raiz e aberto a toda

a comunidade. Privilegia a população mais desprotegida com atividades e serviços ao nível do apoio social, psicológico, animação sociocultural e educação social. Quatro anos depois, arrancou com o CAFAP “Saber para Crescer”, em Santo Tirso, intervindo junto da criança em perigo no seu meio natural de vida e, em 2009, inaugurou a casa de acolhimento temporário “Casa do Sol”, para crianças e jovens dos 12 aos 18 anos, sendo mais um passo na concretização da sua estratégia. 2008 foi ano de arranque do CAFAP “Crescer em Família”, na Trofa, cidade onde após cinco anos é criado o “Apartamento de Autonomia”. Com toda a sua experiência a ASAS liderou a Rede Nacional de CAFAP’s e organizou o primeiro Fórum Nacional sobre Autonomização de Jovens. E o que vem a ser isto da autonomização? “Os nossos apartamentos de autonomia têm como objetivo apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais



onde se inserem”, explica Gilda Torrão. Espera-se que os jovens sejam mais capazes de enfrentar as adversidades de forma adaptativa, já que se pretende ajudá-los a superar problemas pessoais e familiares, principalmente nos momentos da maioridade. Porque muitos destes jovens vivem circunstâncias de “emancipação obrigatória” que exigem muita atenção, já que muitas vezes, as redes de apoio social e emocional são inexistentes ou escassas. Nesta esfera cabem os jovens que se sentem sozinhos, que tem baixa autoestima e poucos recursos pessoais e materiais para levarem a bom porto esta fase das suas vidas, tendo dificuldades de projeção no futuro.

De referir, ainda, que, nesta matéria, a ASAS, na 10ª edição do Prémio Manuel António da Mota foi a terceira galardoada, com um prémio no valor de 15 mil euros. O distinguido foi o projeto WIN-WIN, “que apoia e acolhe crianças e jovens em risco, dos zero aos 21 anos, dos concelhos de Santo Tirso e da Trofa, visando ajudar na transição para a vida adulta, através de um plano personalizado, no qual os jovens são inseridos na comunidade, através de várias atividades e recebem ferramentas para uma vida autónoma”, explica Gilda Torrão, referindo que

“o prémio se destina à realização de uma programa de ação para 50 jovens, com idades entre os 14 e os 25 anos, que vivam situações de vulnerabilidade social, dando prioridade a jovens, dos concelhos de Santo Tirso, Trofa, Vila Nova de Famalicão e outros, que habitam em acolhimento residencial”.

A ASAS tem a funcionar apartamentos de autonomia destinados a jovens com idades entre os 15 e os 20 anos, que são encaminhados para esta situação, mediante decisão, em sede de promoção e proteção, como medida de autonomia de vida. Cada apartamento possui capacidade para 4 jovens que através de um projeto integrado de educação e formação, tecnicamente orientado para a aquisição ou desenvolvimento das necessárias competências, capacidades e sentido de responsabilidade. Cabe às equipas que estão no terreno acompanhar e mediar estes processos de autonomia de vida e participação ativa dos jovens, minimizando os riscos de exclusão social. De referir que esta autonomia é trabalhada nos contextos escolar, profissional e social, bem como no âmbito do fortalecimento de relações, proporcionando condições que lhes permitam viver por si só e adquirir progressivamente autonomia de vida e tomada de decisão.

### Números versus realidade

É recorrente abordar-se a questão das muitas crianças que, no nosso país, há por adotar. E apesar de como já referimos, a ASAS não ter atuação nesta esfera é importante fazer uma reflexão sobre cenários, muitas vezes, tão próximos. Partindo do ponto de que uma criança só pode ser adotada até aos 15 anos é importante analisar diversas vertentes de uma mesma questão tão delicada. Desde logo dizer que as crianças para adoção não correspondem à maioria dos desejos das famílias candidatas à adoção. Aliás, há muitas crianças com problemas de saúde sérios e graves que, numa primeira abordagem não se enquadram nos perfis mais procurados.

“Com o novo paradigma e a nova lei, as crianças são retiradas cada vez mais tarde da situação de perigo e quando chegam ao acolhimento residencial já têm 11, 12, 14, 15 anos. Idades que não deixam alternativa para projetos de vida que não sejam a reintegração familiar ou a autonomização. Por isso é que não se pode fazer uma leitura linear de que todas as crianças institucionalizadas, cerca de 8 mil no nosso país, tenham como projeto de vida a adoção. Há aqui muitas vertentes a ter em conta. O número que nos falta, creio, é o que se retira do seio do acolhimento residencial. Quantas crianças nesta situação fazem “match” com as famílias adotantes? A tomada de decisão de uma adoção é algo muito sério, a exigir uma





avaliação profunda dos candidatos a adotar e das necessidades da criança. Estamos a pisar um terreno cheio de múltiplas situações que, muitas vezes, não se equacionam. Há jovens em situação de acolhimento residencial porque estavam em perigo, e cujas famílias não apresentam capacidade de mudança, não obstante todos os esforços das equipas, e mesmo assim os projetos de vida das crianças são adiados. E, entretanto, a criança vai crescendo e quando, finalmente, chega a decisão a idade para a adoção já passou”, explica Gilda Torrão, chamando a atenção para o tempo; o tempo sempre tão crucial; mais ainda quando não há fórmula para o mandar parar, para impedir uma criança de crescer enquanto tanta coisa demora a decidir em nome do seu futuro.

“A ASAS acredita que em primeiro lugar está a criança e tenta recuperar a sua família. Por isso a sua aposta nos CAFAPs. Mas existem situações em que sentimos que os pais não revelam vontade de voltarem a ter a criança com eles e, mesmo assim, não há decisão sobre projetos alternativos, como a adoção”, conta Gilda Torrão. E o tempo a passar inexoravelmente para todas as crianças que estão a crescer em direção aos 15 anos e a viver situações desta natureza, onde a celeridade de alguns processos ajudaria muito. E, mais uma vez, atrás dos números, damos conta, de diversos cenários: muitas crianças em acolhimento residencial com problemas de saúde mental; nem todas as crianças tem projeto de vida para a adoção; nem todas tem idade para ser adotadas; nem todas querem ser adotadas.

“Damos conta de situações muito inconscientes. Os miúdos em situação de acolhimento, como acontece com outras vítimas, tem um sentimento de lealdade para com os progenitores. Essa lealdade vai muitas vezes ao ponto de se culpabilizarem a eles próprios pelos maus tratos que recebem, legitimando, de forma inconsciente as más ações. E temos, ainda, de ter em conta o medo do desconhecido e uma família adotante é um bem desconhecido. Muitos não se querem aventurar a encontrar adultos maltratantes e então preferem, por estranho que possa parecer, permanecer no acolhimento, porque são felizes com os cuidados, a vida que encontraram aqui, pelo menos naquele período, e não querem alterar esse estado de bem-estar que nunca conheceram antes, explica Maria do Céu, assinalando outra coisa curiosa: “a dado momento, eles começam a idealizar a família, a esquecer o que

aconteceu e começam a romancear a vida familiar e, de repente, verbalizam histórias que nunca aconteceram e que nada tem de real. Contam coisas que não são sustentadas na realidade, domingos a passear e a fazer bolos, em família, por exemplo. Cada miúdo tem a sua forma de lidar com a situação e outros, de facto, ainda tem a esperança que os pais mudem”, diz a assistente social.

Também por isso, o trabalho das equipas técnicas que acompanham todas estas situações de acolhimento quer residencial, quer familiar, “tem de ser altamente especializado e deveria ser, também, um trabalho altamente recompensado e o que acontece, muitas vezes, é que nem sequer é reconhecido”, diz Maria do Céu, acrescentando que é “necessária muita formação e, necessariamente, conhecer a fundo a família biológica, a criança, o seu estado de desenvolvimento, o que quer e o que será melhor para ela e só, depois, com tudo isto, ser feita uma proposta que pode ou não passar pela reintegração familiar ou por um cortar do vínculo e propor uma adoção”.

São vidas em curso, crianças a crescer e tudo isto exige não só conhecimento técnico como também “bons valores morais e humanos porque estamos a lidar com a vida de pessoas, com situações familiares; não podemos levianos nas propostas que fazemos, temos de fundamentar tudo, muito bem e é assim em muitas instituições e também na nossa”, diz Maria do Céu, recordando, mais uma vez, o fator tempo. “A intervenção, no nosso país, não é precoce. A aposta na família biológica tem de ser razoável. Medidas em meio natural de vida com o apoio dos pais tem de ter uma duração limitada. Não se pode deixar andar anos a fio e depois quando o jovem tiver 10 ou 12 anos e revelar comportamentos que configuram crime é que dá entrada no acolhimento residencial. Muitas vezes, são situações que, desde muito cedo, na creche, já é visível, por diversos indícios, e é nessas idades que se deve atuar”, defende Maria do Céu Brandão, apontando, também, “o conservadorismo do país como espelho de muitos magistrados que, por exemplo, não acreditando na adoção, levam a sua opinião pessoal para as decisões que tem de tomar e os processos ficam a marinar durante anos”.

E apesar de tantos obstáculos, a ASAS continua afinçada, resiliente e convicta de que a sua missão é dar “asas para viver” a tantas crianças e jovens. •

Marta Vaz